

BLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • dezembro de 2014



CNM, OAB e governadores no STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, recebeu no início da noite de 9 de dezembro os presidentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coêlho; e governadores e vice eleitos de 3 Estados: do Piauí, o senador Wellington Dias (PT); da Bahia, Rui Costa (PT); e o vice-governador eleito do Maranhão, o deputado federal Carlos Brandão (PSDB). Todos encaminharam um pedido comum: a decisão sobre a distribuição dos royalties do petróleo.

Os representantes de entidades e de governos pediram ao ministro que o Supremo retome o julgamento da liminar que impede a distribuição igualitária de royalties do petróleo entre os Estados confrontantes e os demais e todos os Municípios. Ziulkoski lembrou que o processo está parado no STF desde março de 2013. "A distribuição democrática com todos os Estados e Municípios brasileiros está no texto aprovado pelo Congresso Nacional", lembra.

Governadores e prefeitos manifestaram surpresa com a demora do Supremo

em julgar o tema, alegando que já acumulam perdas de R\$ 13 bilhões em receitas.

Durante o encontro, Lewandowski disse aos presentes que cabe à ministra Cármen Lúcia, a retomada do assunto na Suprema Corte. Em março de 2013, a ministra concedeu liminar que suspende a nova redistribuição dos royalties do petróleo, de acordo com a lei promulgada pela presidente Dilma Rousseff no início do ano passado.

Ziulkoski adianta que uma nova audiência com o presidente do STF e com a presença também da ministra Cármen Lúcia foi agendada para o início de janeiro de 2015. O presidente da CNM pede que os gestores municipais acompanhem as informações que serão divulgadas pela entidade. E, o mais importante, "que estejam em Brasília para assistir à audiência, quando poderá ser definida a data em que o Supremo discutirá e votará o parecer da ministra Cármen Lúcia. Tão logo seja definida a data da reunião, todos os prefeitos serão informados", adianta.

Segundo Ziulkoski, neste período – de março de 2013 a dezembro de 2014 –, os Municípios brasileiros deixaram de receber R\$ 6,5 bilhões.

Finanças

Autoridades debatem a importância do FPM para a maioria dos Municípios

Quase 80% de todos os 5.570 Municípios são de pequeno ou médio porte, têm base rural e por isso arrecadam muito pouco. Essas características tornam a maioria das prefeituras dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa e outras questões, como a distribuição dessa transferência constitucional, foram tema do V Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos.

Promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, no dia 2 de dezembro, o seminário teve como convidado o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Durante discurso de abertura, o dirigente defendeu que, exatamente por ser uma transferência obrigatória e muito bem fiscalizada, o FPM nunca foi motivo de casos de corrupção.

“Nunca vi o TCU [Tribunal de Contas da União] dizer que houve desvio do FPM. Ele é distribuído de forma republicana. Os escândalos estão nas transferências voluntárias. Isso está nas emendas parlamentares, por exemplo”, apontou Ziulkoski. O presidente da CNM lamentou que o Fundo de Participação é ainda mal compreendido por muitos. Ele fez uma explanação em relação aos coeficientes (de acordo com o tamanho populacional de cada Ente) e quais os critérios de distribuição. Além de enaltecer a importância desse repasse para a manutenção dos serviços básicos municipais e para o pagamento dos servidores. “Atualmente, 3.470 Municípios têm mais de 50% da receita originária do FPM.

É ainda com o FPM que são colocados em prática os programas do governo federal, alertou Ziulkoski. “Os Municípios estão quebrados. Falidos. E, mesmo assim, são eles que executam os programas. A União só coloca a lei e a propaganda. E a prefeitura não pode parar de fazer tudo que impuseram”, denuncia.

O FPM NA OPINIÃO DE OUTRAS AUTORIDADES

O presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, foi um dos convidados do seminário, que para ele foi um debate especial por se tratar dos recursos destinados aos Municípios. Nardes disse buscar dois pactos. “Tenho defendido o pacto pela boa governança e o pacto federativo. Precisamos discutir o papel dos Estados, dos Municípios e da União”.

Augusto Nardes contou que o TCU fez eventos em todo o Brasil e identificou o alto grau de dependência em até 70% dos Municípios para com o FPM.



Agência CNM



Agência CNM

“A situação é dramática. Se houver uma crise, não tem como os Municípios sobreviverem. Eles estão em total dependência dos recursos da União. Por isso a necessidade de discutir o pacto, antes que aconteça algum tipo de rebelião no Brasil”. Como resultado do debate, o ministro espera que seja feita uma reflexão pelos parlamentares sobre o atual sistema tributário e a distribuição dele.

A mesma posição foi apresentada pelo deputado João Maia (PP-RN). “Não basta dizer que a vida das pessoas se dá nos Municípios. O bolo tributário foi diminuindo a participação de Estados e Municípios. E isso não é deste governo. É histórico”. De acordo com o parlamentar, o governo federal quer substituir os Municípios, e isso é inaceitável. São os prefeitos que conhecem as demandas e sabem como resolvê-las, por isso precisam de mais recursos. “Não adianta dar retroescavadeira como fizeram, se não há combustível e operador. A primeira vez que quebrar não tem dinheiro para consertar e vai para o cemitério de máquinas”, chamou a atenção dos participantes.

Finanças

Municípios conquistam aumento de 1% no FPM

Do final de 2013 ao final de 2014, o movimento municipalista assumiu a luta por mais recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A crise só se agrava, e garantir a elevação dessa transferência obrigatória representa muito para as administrações municipais. Foram inúmeras mobilizações no Congresso ao longo desse tempo, além da maior *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, com destaque para esta pauta.

Agora, os prefeitos, dirigentes estaduais, vereadores, secretários e demais municipalistas comemoram com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) a elevação em um ponto porcentual do FPM.

O fim dessa difícil luta ocorreu no dia 2 de dezembro, no Plenário do Senado, em sessão solene do Congresso Nacional. Na ocasião, foi promulgada a Emenda Constitucional 84, de 2014. Sentado à mesa junto aos deputados e senadores, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, agradeceu em nome dos 5.570 Municípios brasileiros.

“Agradeço o Congresso, a Câmara – que teve uma luta grande –, o relator e todos os deputados e senadores, especialmente a senadora Ana Amélia [que subscreveu a proposta]. Agradeço também a presidente Dilma, que em um momento de difícil situação fiscal liberou o Congresso para votar”, discursou Ziulkoski.

O líder do movimento ressaltou que o aumento será repassado em um mês considerado baixo, “que é julho”. Ainda nas palavras de Ziulkoski, 65% das prefeituras brasileiras dependem quase que exclusivamente do Fundo de Participação e para elas essa vitória tem significado ainda maior.

Um passo para o pacto federativo

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que essa conquista é fruto da Marcha. “Se fôssemos resumir, ela representa uma interrupção da extrema crise nas finanças municipais. É a chance de manutenção dos serviços de Saúde e Educação. Atenua a injustiça na distribuição do bolo tributário e se trata de mais um passo para o pacto federativo”, enfatizou.

Renan afirmou que promover a distribuição



Jane Araújo/Presidência do Senado

de renda no país é dever dos parlamentares. “Esta é a segunda vez que promulgo uma PEC que eleva o FPM em 1%”, lembrou ele ao citar o aumento do Fundo conquistado em 2007. “Temos ciência de que isso não será o suficiente para todas as demandas. Entretanto, temos que comemorar este reajuste”.

Em nome da Câmara dos Deputados, o presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) destacou que a promulgação da Proposta

de Emenda à Constituição (PEC) 426/2014 era esperada por milhares de prefeitos em todo o Brasil. “Este é um ato importante que mostra a sensibilidade da Casa e assegura mais recursos para os Municípios a partir de 2015. Nós queríamos que fossem 2%, mas diante das dificuldades que o país vive não foi possível”.

Alves aproveitou a presença de Ziulkoski para dizer que entende não ser o suficiente para os governos municipais, que foram “ao longo do tempo assumindo obrigações sem contrapartidas necessárias”. De acordo com ele, os Municípios mal têm honrado as obrigações constitucionais pela falta de autonomia financeira. “Essa é uma ajuda para atender de imediato. É muito aquém ao que precisavam, mas é o primeiro passo. Essa luta continua pela valorização e vitalidade dos Municípios”, conclui.

Como será repassado o aumento?

A EC 84/2014 altera o art. 159 da Constituição Federal. Portanto, os Entes municipais passam a ter direito a 24,5% da soma da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Nos dois primeiros anos, 2015 e 2016, o aumento será dividido. No ano que vem, em julho, será depositado 0,5% e, também em julho de 2016, mais 0,5%. Dessa forma, a elevação será dos atuais 23,5% para 24% em 2015 e 24,5% em 2016. Depois, a elevação será transferida normalmente, sempre nos meses de julho, pois está garantida na CF.

Agência Senado



Finanças

Municípios com pendências no Cauc

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) constatou que 5.368 prefeituras vão encerrar o ano com irregularidades listadas no Cadastro Único de Convênios (Cauc). Este número corresponde a 96,4% do total de 5.570 Municípios brasileiros. A lista leva em consideração aqueles que estão com alguma restrição no Cauc até o mês de novembro deste ano.

Em comparação com 2013, houve um aumento de 81%, pois em novembro passado apenas 2.965 estavam com pendências nesse cadastro. No caso de cinco Estados — Acre, Amazonas, Amapá, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte —, 100% dos Municípios estão presentes na listagem do Cauc. Todos os demais Estados passam de 90%.

A média, calculada de janeiro de 2013 a novembro deste ano, mostra 3.854 Municípios com alguma restrição no Cauc. Estar listado nesse cadastro impede que os Entes municipais recebam transferências voluntárias da União. Para estar apto, o Ente deve comprovar a regularidade junto ao Cadastro Único de Convênios.

Apontamentos

A entidade buscou saber quais são os principais motivos para que esses Municípios estejam listados no cadastro. “A situação é preocupante no final deste ano, a quantidade daqueles que estão com algum apontamento está crescendo demais, esse indicador é um termômetro da situação em que se encontra a gestão das cidades brasileiras”, explica o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

De acordo com o levantamento da CNM, 2.309 Municípios têm apenas um item irregular; outros 1.314 têm dois motivos para estarem listados no Cauc; 652 têm três itens pendentes e para 1.093 a situação é mais preocupante, pois eles têm mais de três apontamentos no cadastro.



O que é o Cauc?

O Cauc é um Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias que tem como objetivos:

- simplificar a verificação pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelo conveniente e pelo Ente federativo beneficiário de transferência voluntária de recursos da União, de 13 das 21 exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e demais legislações aplicáveis, ao reduzir a burocracia desse processo e o volume de papéis e otimizar o arquivamento e espaço físico para guarda de comprovantes;
- ampliar o nível de controle de exigências, possibilitando transparência e exercício de cidadania, na medida em que permite o acesso pela internet;
- aperfeiçoar procedimentos administrativos ao facilitar a entrega de documentação administrativa, financeira e contábil produzida pelo Ente federativo (tais como Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Balanço Anual), considerando que o conveniente entrega esses documentos uma única vez (ao invés de fazê-lo diversas vezes, como antes) aos órgãos concedentes federais.

O Sistema faz a verificação da situação em quatro grandes blocos: Obrigações de Adimplência Financeira, Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios, Obrigações de Transparência e Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais.

A regulamentação para a celebração de convênios entre os Municípios e a União está descrita na Portaria Interministerial 507/2011, que traz todas as exigências e o trâmite que deve ser observado para a assinatura de convênios entre os Entes, e uma delas é a verificação do Cauc.

Meio Ambiente

Resíduos Sólidos: prazo será adiado

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) esteve em reunião, no dia 3 de dezembro, com a relatora da Medida Provisória 658/2014, senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). O objetivo era discutir a prorrogação dos prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e sua destinação adequada. Após constantes esforços da entidade, ficou decidido que os prazos para executar a medida serão postergados de maneira escalonada.

O resultado do encontro representa enorme conquista para os Entes federados. Conforme defendido pela CNM, a implementação da Política exige uma série de ações que os Municípios sozinhos não conseguiriam arcar do próprio bolso. Isso se torna ainda mais visível nas cidades de pequeno porte. A proposta de emenda a ser inserida pela relatora da MP reconhece essas divergências entre Municípios de pequeno e grande porte, além de capitais e regiões metropolitanas.

Durante o encontro, o secretário de recursos hídricos e ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ney Maranhão, comentou que utilizou dados da CNM como fonte de pesquisa. Com base nessas informações, realizou um diagnóstico da quantidade de lixões existentes no Brasil. Então, firmou o compromisso público de dar suporte técnico e financeiro aos Municípios para enfrentarem os desafios de implementar a PNRS. Participou como representante da Confederação, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Luiz Sorvos.

O que foi acordado

A alteração nos prazos, conforme propõe a emenda, será feita de acordo com o porte dos Municípios. Para aqueles com número de habitantes superior a 50 mil, o prazo será até o dia 31 de dezembro de 2016. Já os Municípios menores, com no máximo 50 mil habitantes, terão até o final de 2017 para obter os planos de resíduos sólidos.

O tamanho do Município também pauta os prazos para a disposição final adequada desses resíduos. Abaixo, segue a programação:

I – até 31 de dezembro de 2017 para capitais de Estado, Municípios integrantes de Região Metropolitana – RM, Região Integrada de Desenvolvimento – Ride;

II – até 31 de dezembro de 2018 para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo de 2010, bem como Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 km da fronteira brasileira com os países limítrofes;

III – até 31 de dezembro de 2019 para Municípios com população



entre 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo de 2010;

IV – até 31 de dezembro de 2020 para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo de 2010.

Ficou acordado, também, a elaboração de um decreto para definir como ocorrerá o suporte técnico e financeiro para os Municípios implantarem aterros sanitários. O que define melhor as responsabilidades da União e dos Estados nesse processo.

Além disso, constará da emenda da MP 658/2014 que a União editará normas complementares para definição de critérios de priorização do acesso aos recursos federais e implementação das ações vinculadas dentro dos prazos máximos estabelecidos.

Participaram da reunião também o Ministério do Meio Ambiente, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, a Procuradoria-Geral da República, a Secretaria de Relações Institucionais, a Subchefia de assuntos Federativos, o Ministério das Cidades, dentre outros.

Articulação CNM

A Confederação participou ativamente do processo que prevê aos Municípios a implementação da PNRS. Foram promovidos diversos esforços junto ao Congresso e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para alertar sobre os desafios impostos aos municípios para implementar a Política em prazo curto e sem apoio – técnico e financeiro – para construir os aterros sanitários.

Dentre as ações da CNM, destaque para a participação em audiências públicas no Senado na Subcomissão de Resíduos Sólidos, articulação da prorrogação dos prazos na MP 651/2014, envio de ofícios ao MMA, além de participação ativa na consulta pública de logística reversa de embalagens em geral.

Diálogo Municipalista

Ceará e Teresina: os entrav

Entre os dias 24 e 25 de novembro, o *Diálogo Municipalista* percorreu as capitais Fortaleza (CE) e Piauí (PI). O encontro reuniu centenas de gestores para debater os caminhos de enfrentamento à crise. Muitos aproveitaram o momento para compartilhar as questões que mais têm comprometido a gestão municipal. A área de Saúde concentra as principais preocupações.

Um dos temas de destaque nos dois Estados foi o piso dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE). Recentemente, foi instituída a Lei 12.944/2014, que regulamenta a profissão desses profissionais e estabelece o piso salarial de R\$ 1.014 para as duas categorias.

O problema é que ao incorporar os novos valores no orçamento, automaticamente sobem os gastos de pessoal na prefeitura. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a folha não pode ultrapassar 60% do orçamento municipal. Assim, os prefeitos esbarram constantemente no dilema de qual lei obedecer. Para qualquer resposta escolhida, punições.

No Piauí, o tipo de regime de contratação e a necessidade de pagar o adicional de insalubridade foram os assuntos mais debatidos. Em Alegrete do Piauí (PI), por exemplo, há profissionais contratados por regime próprio enquanto outros são celetistas. Assim explicou o prefeito Luiz Macedo. Sua dúvida foi se existe algum problema em manter os dois regimes.

A respeito disso, a orientação da consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Elena Garrido, foi clara: "é preciso conferir a lei municipal. Se nela disser que pode optar por um ou outro [regime], aí pode. Agora se o Município estabelecer a mudança de regime, vale o que Município estabelece. O servidor não tem direito à escolha do regime", reforçou.

Sobre o adicional de insalubridade para a categoria, a consultora apresentou o que diz a Súmula 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Pelo texto, "fica entendido que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) não enfrentam os



Agência CNM

mesmos riscos dos profissionais que trabalham nos hospitais, laboratórios e enfermarias. Portanto, não é necessário pagar adicional", explicou.

O barato que sai caro

Outro ponto que muito preocupa os gestores é a questão do subfinanciamento dos programas federais. Ao pactuar com a União, o Município recebe estrutura e suporte no custeio das atividades. Porém, o valor recebido não é compatível com os verdadeiros gastos para manter os programas em andamento. A diferença acaba sendo paga do bolso da própria prefeitura, o que comprime ainda mais o já apertado orçamento municipal.



Agência CNM

Desafios das questões de Saúde

Como exemplificou a consultora da Confederação Nacional de Municípios, Elena Garrido, “um Programa Saúde na Família (PSF) custa R\$ 32.000 reais para vocês. E vocês não recebem nem R\$ 10.000”. Essa realidade se estende para diversas outras iniciativas federais.



Agência CNM



Agência CNM

A respeito dessa disparidade, o prefeito de **Barreira (CE)**, Antonio Saldanha, comentou que o repasse desses recursos é muito inferior à demanda. O gestor lamenta que sejam atribuídas aos prefeitos tantas responsabilidades sem direcionar as fontes de custeio compatíveis com as reais despesas.

O prefeito de Tabuleiro do Norte (CE), José Moreira, desabafou: “a gente tem que brigar por mais. Já estamos há muito tempo vivendo em crise, e a demanda da sociedade só aumenta. O nosso povo está ficando exigente. E o governo federal não vai fazer nada pela gente não”.



Agência CNM

Reconhecimento

Durante o *Diálogo Municipalista* no Ceará, a Agência CNM conversou com o prefeito de Tururu (CE), Raimundo Bonfim. O gestor destacou a luta pelos interesses municipalistas promovida pela Confederação. “Eu vejo que tem uma entidade lá em Brasília lutando pelos nossos direitos, lutando pelos nossos Municípios. Qualquer dúvida que eu tenho, meu ponto de contato é a CNM”. Também aproveitou para elogiar o evento. “O *Diálogo Municipalista* é um momento muito importante. É a hora de juntar forças e unir os gestores. Eu tenho acompanhado o trabalho da CNM e valorizo muito isso”, finalizou.

Diálogo Municipalista

Gestores goianos buscam vencer a crise

Um dos últimos destinos do *Diálogo Municipalista* – *Caminhos para enfrentar a crise* foi em Pirenópolis, no interior goiano. Os gestores do Estado se reuniram no dia 1º de dezembro para conhecer a pauta de interesse municipalista em tramitação no Congresso Nacional; um panorama das finanças municipais; detalhes sobre a Lei dos Resíduos Sólidos, informações jurídicas e maneiras para aumentar a arrecadação própria.

O evento começou com um pedido por parte do presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre. Ele convocou os prefeitos a terem coragem de cortar os gastos que não são atribuições das gestões municipais. Para Divino, muito da crise se deve a esta prática: os prefeitos assumem responsabilidades dos Estados e da União, sem qualquer fonte de recursos e só pioram a situação. “Estamos no escuro, em um beco sem saída e precisamos ter coragem e cortar as despesas que não estejam dentro das nossas obrigações. Abraçamos parcerias que nos prejudicam e levam à crise”, destaca o dirigente.

Crise esta relatada pela prefeita de Ceres, Maria Brito. Ela conta que a população não aceita mais andar em ruas sem asfalto e sem estrutura, e o Ministério Público exige equipamentos novos para a prestação de serviços. Mas nenhum impasse é maior do que aqueles enfrentados na Saúde. “Assumimos programas tripartites, mas a parte do Estado não chega. Recebemos a verba federal e, no final das contas, pagamos também a estadual”.

A Saúde também é o gargalo em Pontalina, no sul de Goiás. “Os Municípios passam por dificuldades, e em Pontalina não é diferente. Jogaram todas as responsabilidades para os prefeitos. E nós e os secretários de Saúde estamos em constante contato com as pessoas. São muitas atribuições e poucos recursos para tantas demandas. Está difícil, e as expectativas para 2015 são ainda piores”, desabafa o prefeito Milton Paiva.

Aumento de receita

Neste momento delicado para as finanças municipais, aumentar as receitas ajuda bastante. Em Pirenópolis, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontou que a solução pode estar nas mudanças na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS). O Projeto de Lei Complementar (PLP) 385/2014, elaborado pela CNM, propõe mudanças em prol dos Municípios. Essa proposta faz parte da pauta prioritária da Confederação entregue à presidente da República, Dilma Rousseff. “Ela fez um compromisso para que isso pudesse ser acelerado. Estamos aguardando que de fato isso aconteça”, lembrou o presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Cludes Baré. Ele compôs



o grupo de municipalistas que se reuniu com a presidente após a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* para apresentar as demandas do movimento, em especial esta questão do ISS.

Baré ressalta que, agora, os prefeitos devem pressionar os congressistas. “O trabalho é com os deputados e senadores”, disse. De acordo com a CNM, se as mudanças pedidas se tornarem realidade, em cinco anos a arrecadação do Imposto Sobre Serviços será maior que o FPM.

Fiscalizar empresas como cartórios, construtoras e hoteleiras em relação à cobrança do ISS também é caminho recomendável. Municípios que implantaram a nota fiscal eletrônica tiveram um salto muito grande na arrecadação. Outra orientação é a execução da dívida ativa, mas antes é preciso fazer um levantamento daquelas que não podem ser executadas.

Problema dos lixões

Além de se preocuparem com a economia, os gestores têm ainda de cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A CNM alertou: a PNRS determina obrigações a todos os Entes. Portanto, União, Estados e até mesmo o setor empresarial e a população são responsáveis pelo cumprimento da Lei 12.305/2010.

Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), eliminar os lixões até agosto de 2014, implantar aterros sanitários, implantar a coleta seletiva e articular a logística reversa são as determinações impostas ao Município pela Lei dos Resíduos Sólidos. E, quanto menor o Município, maiores são as dificuldades para tornar essas tarefas realidade. Gestores que não cumprirem a PNRS podem ser penalizados com reclusão de um a cinco anos e multas de até R\$ 50 milhões.

Diálogo Municipalista

Prefeitos maranhenses debatem aterros sanitários

O *Diálogo Municipalista* no Maranhão trouxe um dos temas atuais que mais despertam dúvidas nos gestores: a implantação dos aterros sanitários. A questão marcou os debates na manhã do dia 25 de novembro. Grande parte dos prefeitos ainda busca orientações e poucos começaram a implementar a medida.

Durante explicação sobre o funcionamento dos aterros sanitários, o prefeito do Município de Gonçalves Dias (MA), Vilson Barbosa, aproveitou o momento para compartilhar as experiências da sua cidade, que tem pouco mais de 15 mil habitantes. Ele comentou que está desenvolvendo um aterro sanitário, mas ainda tem dúvidas a respeito.

“Eu sei que essa é uma questão que eu vou ter que resolver em breve, inclusive estou desenvolvendo um aterro sanitário em Gonçalves Dias. Mas fiquei desanimado quando ouvi de fora que o aterro não resolve o problema. Como eu vou fazer agora? A minha preocupação é porque as pessoas cobram isso do prefeito”, relatou.

Sobre a Política

Isso porque a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada pela Lei 12.305/2010, prevê todo um conjunto de ações que vão desde a coleta seletiva e compostagem até a reciclagem do material. Somente o rejeito deve ir para o aterro sanitário. Portanto, se todo esse processo não está implementado, a execução do aterro, por si só, não é suficiente, como esclareceu a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo o prefeito de Poção de Pedras (MA), Augusto Júnior, a medida é inviável para os Municípios menores. “O que eu vejo hoje é a condição de o aterro sanitário não ser viável para Municípios pequenos, como é o meu caso. Nós não temos estrutura, catadores de papéis para fazer esse trabalho. Selecionar todo esse material só se tornaria uma despesa ainda maior do que a gente já tem hoje”.

Regionalização

Na ocasião, o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Gil Cutrim, reforçou a importância de regionalizar os problemas. “Dizer que o aterro sanitário não é a solução é muito forte. Precisamos pensar na questão regional. O que vai ser implantado no Sul e no Sudeste não é



Agência CNM

a mesma coisa que vai ser implantada no Nordeste. A realidade aqui é outra”.

Ele também destacou em sua fala a necessidade de implementar medidas a longo prazo. “Eu vejo que aqui no Brasil a solução que será mais implementada é a criação dos aterros sanitários, porque todas as outras tecnologias existentes no mundo exigem muitos recursos”.

Orientações

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Famem orientam os gestores que busquem promover consórcios com as cidades vizinhas. Além de contribuir com o meio ambiente, a sua realização gera demanda ao aterro, tornando-o economicamente viável.



Agência CNM

Finanças

FPM: o perde e ganha de 2015

Dos 5.570 Municípios, 130 sofreram mudanças nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da nova estimativa para 2015. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulga a mudança nos coeficientes com informações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Desses 130 Municípios, 118 terão aumento em seus coeficientes e 12 terão os seus coeficientes reduzidos. São Paulo é o Estado com o maior número de Municípios que terão aumento no coeficiente do FPM: 17 ao todo. Em seguida, Santa Catarina, com 14; Minas Gerais, 11; Paraná e Pará, com nove. A Bahia apresenta mudanças significativas, com o aumento de coeficiente em nove Municípios e redução em cinco.

A CNM explica que essas mudanças são decorrentes da recontagem da população de 2014. Com a alteração de faixas desses Municípios, as participações relativas de todos os demais no bolo total do FPM também foram alteradas.

Perdem coeficientes:

Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Satuba/AL, Barcelos/AM, Jutai/AM, Carabás/BA, Laje/BA, Mirante/BA, Pirai do Norte/BA, Santa Luzia/BA, Itaipava do Grajaú/MA e Upanema/RN.

Ganham coeficientes:

Salvador/BA, Belém/PA, Acrelândia/AC, Porto Walter/AC, Boa Vista do Ramos/AM, Coari/AM, Novo Airão/AM, Novo Aripuanã/AM, Laranjal do Jari/AP, Ajustina/BA, Amargosa/BA, Canudos/BA, Casa Nova/BA, Nilo Peçanha/BA, Porto Seguro/BA, Ribeira do Pombal/BA, São Francisco do Conde/BA,

Horizonte/CE, Aracruz/ES, Barra de São Francisco/ES, Castelo/ES, Iconha/ES, Marataízes/ES, Inhumas/GO, Morrinhos/GO, Padre Bernardo/GO, Trindade/GO, Bacabal/MA, Lago do Junco/MA, Nina Rodrigues/MA, Paço do Lumiar/MA, Viana/MA, Araguari/MG, Arceburgo/MG, Barão de Cocais/MG, Mirabela/MG, Paraopeba/MG, Prudente de Morais/MG, Rio Pardo de Minas/MG, Santana do Paraíso/MG, São Lourenço/MG, Três Marias/MG, Vespasiano/MG, Aparecida do Taboado/MS, Sonora/MS, Alto Araguaia/MT, Brasnorte/MT, Campo Novo do Parecis/MT, Cotriguaçu/MT, Nova Mutum/MT, Tangará da Serra/MT, Anapu/PA, Cametá/PA, Concórdia do Pará/PA, Ourém/PA, Porto de Moz/PA, Santa Maria do Pará/PA, São Domingos do Capim/PA, Tailândia/PA, Ulianópolis/PA, Cruz do Espírito Santo/PB, Araripina/PE, Barra de Guabiraba/PE, Salgadinho/PE, Cristino Castro/PI, Apucarana/PR, Campo Mourão/PR, Corbélia/PR, Imbituva/PR, Palotina/PR, Piraquara/PR, Pontal do Paraná/PR, São Mateus do Sul/PR, Toledo/PR, Maricá/RJ, Queimados/RJ, Seropédica/RJ, Alto do Rodrigues/RN, São Paulo do Potengi/RN, Ariquemes/RO, Ji-Paraná/RO, São Miguel do Guaporé/RO, Eldorado do Sul/RS, São Sebastião do Cai/RS, Apiúna/SC, Araquari/SC, Camboriú/SC, Catanduvas/SC, Indaial/SC, Itapoá/SC, Ituporanga/SC, Laguna/SC, Maravilha/SC, Morro da Fumaça/SC, Pomerode/SC, São João Batista/SC, Siderópolis/SC, Tubarão/SC, Indiaroba/SE, Rosário do Catete/SE, Tobias Barreto/SE, Américo Brasiliense/SP, Angatuba/SP, Araçoiaba da Serra/SP, Arujá/SP, Barrinha/SP, Biritiba-Mirim/SP, Cerquillo/SP, Franco da Rocha/SP, Lavínia/SP, Mongaguá/SP, Nova Europa/SP, Pederneiras/SP, Quatá/SP, Roseira/SP, São Sebastião/SP, Tatuí/SP e Tremembé/SP.



Cooperação Internacional

CNM trabalha pela atuação internacional dos Municípios

Novembro foi um mês importante para a Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade esteve presente em diversos eventos para levar a perspectiva dos Municípios brasileiros e discutir estratégias de cooperação no país. Um deles foi o Congresso Latino-americano de Cidades e Governos Locais, realizado em Santa Marta, na Colômbia, entre os dias 5 e 6 do mesmo mês.

O evento faz parte do calendário da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma) e acontece todos os anos. Para esta edição, os temas debatidos envolveram desde a descentralização política e as estruturas tributárias dos Municípios na região até questões como mudanças climáticas, abastecimento de água e segurança.

A CNM acompanhou debate sobre cooperação internacional dos governos locais, onde explicou as formas de atuação internacional da entidade e dos Municípios brasileiros. Também participou do Bureau Executivo da Flacma, no qual o presidente Paulo Ziulkoski é vice-presidente e representante do Brasil. Na ocasião, líderes municipalistas de vários países latino-americanos discutiram ações de colaboração para 2015.

Outro evento que contou com a participação da entidade foi o *Connective*

Cities, promovido entre os dias 24 e 26 de novembro, em Leipzig, na Alemanha. O convite foi feito pela Associação Alemã de Cidades. A proposta era reunir governos locais e sociedade civil de países como América Latina, Europa e África para discutir formas inovadoras de financiamentos voltados às áreas de habitação e desenvolvimento urbano. Destaque para as boas práticas de criação de fundos municipais de empréstimos da Holanda, Bangladesh e Tailândia.

Fortalecimento nacional

No plano nacional, a Confederação compôs um painel de discussão sobre o fortalecimento da atuação internacional dos Entes federados durante o Congresso Nordestino de Municípios. O evento aconteceu entre os dias 11 e 13 de novembro e foi organizado pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

Um dos pontos altos do painel foi que o Município pode aprimorar suas capacidades por meio de intercâmbios, cooperação e troca de experiências com outros países. O que, além de torná-lo um ator internacional, pode servir para estimular o desenvolvimento local.

Saúde

Siops: Municípios não transmitiram dados

Cerca de 20% dos Municípios ainda não fizeram a alimentação dos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops). O levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra que mais de mil prefeituras não fizeram nenhuma transmissão de dados referentes aos seis bimestres exigidos. O prazo final para a alimentação do Sistema é 31 de janeiro de 2015.

A CNM recomenda que todos os Municípios fiquem atentos ao prazo, o qual não possui nenhuma previsão de prorrogação. A entidade também faz um alerta: caso o Município apresente no dia 31 de janeiro alguma pendência no Siops, terá o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) bloqueado até que seja feita a regularização.

Até 2012, os Estados e os Municípios tinham de enviar os dados do Siops. Porém, a partir de 2013, a União passou a ser obrigada a cada bimestre trans-



mitir os gastos referentes à saúde. A CNM explica que a obrigação é uma determinação da Lei Complementar 141/2012.

Como transmitir?

Tais dados devem ser preenchidos por software do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) – o DataSus. A Confederação ressalta que o Município no decorrer do ano e a cada bimestre deve discriminar

seus gastos em Saúde.

A Confederação ressalta que todos os Municípios já deveriam ter informado os dados referentes aos cinco bimestres. Porém, neste último, somente 24% já fizeram a transmissão dos dados – 1.335 Municípios.

Os Estados que possuem o menor número de Municípios que transmitiram os dados são: Acre, Amazonas e Amapá.

Convênio CNM/Sebrae

Encontro fortalece desenvolvimento

Com aproximadamente mil participantes, o *III Encontro Nacional dos Agentes de Desenvolvimento (Enad)* exibiu conhecimento, garra e mobilização de uma rede estruturada para fortalecer os pequenos negócios como caminho para o desenvolvimento local. Foram painéis, apresentações de experiências inspiradoras, debates, celebrações. Realizado pela CNM em parceria com o Sebrae, no auditório do Sheraton Reserva do Paiva, em Cabo de Santo Agostinho (PE), em 19 e 20 de novembro, o Enad teve como foco estimular a rede de ADs a discutir estratégias de desenvolvimento local, com protagonismo dos pequenos negócios.

“Nosso papel é fazer com que os empreendedores locais tenham uma relação com as prefeituras e com as grandes empresas para que se possa gerar emprego e renda”, salientou o presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barretto, na abertura. “Não acredito que o Brasil se desenvolva sem pensar no conjunto do seu território e nas micro e pequenas empresas.”

E qual o crescimento que se busca? O diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, esclareceu na palestra *Cenários e Tendências para o Desenvolvimento Econômico Local*: “Muitas vezes desenvolvimento é tratado como sendo a evolução do PIB, mas este indicador é insuficiente. Desenvolvimento significa as pessoas viverem melhor. Os filhos viverem melhor do que os pais, e os pais viverem melhor do que os avós.”

Fazendo eco aos discursos de outras autoridades da abertura do encontro – como o representante da CNM e prefeito de Cumaru (PE), Eduardo Tabo-



Divulgação

sa Junior; o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae em Pernambuco, Pio Guerra; e a secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andrea Butto –, o diretor-técnico do Sebrae complementou: é nos territórios que se faz a melhoria constante das condições de vida das pessoas, o que reforça a importância do agente de desenvolvimento.

Para ter acesso ao conteúdo produzido no III Enad, acesse:
www.portaldodesenvolvimento.org.br



Divulgação

Combate às drogas

Município é destaque na prevenção às drogas

O uso de *crack* e outras drogas é realidade em centenas de Municípios brasileiros. Para contornar a situação, muitas prefeituras desenvolvem ações por conta própria. Guarapuava, localizado no interior do Paraná, é exemplo em políticas públicas sobre drogas. Ações de prevenção, combate e recuperação de dependentes químicos têm servido como uma política-modelo para outras cidades brasileiras há mais de um ano.

No ano de 2013, foi criado um setor específico para o tema. O Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas faz parte da Secretaria Municipal de Assistência Social e busca interagir com outras áreas. Para isso, houve contratação de equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, educadores, enfermeiros, psicólogos dentre outras especialidades. O objetivo é disponibilizar uma rede de cuidados aos usuários de drogas e seus familiares.

Dentre as iniciativas realizadas pelo Município estão bate-papos junto aos jovens, sensibilização da comunidade para o tema e outros atores locais como agentes de segurança. Outra ação promovida é a mostra de cinema para o público infanto-juvenil, atividade realizada em conjunto com o Projeto Jovens para dar continuidade ao trabalho preventivo.

Já em 2014, o Município inovou mais uma vez e realizou no mês de agosto o Festival de Artes Fé na Prevenção e buscou aproximar igrejas e comunidade, independentemente de religião, como forma de prevenir o uso de drogas. O festival contou com apresentações artísticas, protagonismo e exercícios físicos com fins educacionais. De acordo com o coordenador do departamento,



Pref. Guarapuava/PR



Pref. Guarapuava/PR



Pref. Guarapuava/PR

Giovani Jaskulski, “a adesão foi muito boa. Com isso, vemos que existem pessoas preocupadas com o tema”, explica. O Festival faz parte da frente preventiva, e as melhores *performances* do evento foram premiadas com troféus.

Outra atividade desenvolvida nesse ano foi o *I Concurso Cultural de Desenho: criar e prevenir*. A iniciativa busca incentivar a reflexão sobre a questão das drogas no ambiente escolar entre crianças de 6 a 12 anos. O tema escolhido para o concurso foi a “Educação na prevenção do uso de drogas” e participaram alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental Regular de escolas públicas do Município e da região. Os alunos vencedores receberam um prêmio surpresa, e os trabalhos destaques foram exibidos nas escolas do Município.

PARCERIA

Para concluir os trabalhos, no mês de novembro, houve a realização do *I Simpósio Brasileiro de Dependência Química e Saúde Mental: Desafios e Perspectivas*, que contou com a participação do *Observatório do Crack*. Na ocasião, foram compartilhadas boas práticas municipais de cidades que desenvolveram ações sobre o tema. Essa é uma forma de mostrar aos gestores que há alternativas para contornar o problema que impacta centenas de Municípios em todo o país.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) valoriza iniciativas como essas desenvolvidas por Guarapuava (PR) e acredita que a prevenção é uma forte maneira de combate às drogas. A entidade parabeniza o Município e ressalta a importância de boas práticas como essas para uma boa gestão municipal.

Institucional

Lideranças municipalistas se reúnem para planejar 2015

Para planejar as ações de 2015, em meio à conjuntura pós-eleições, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reuniu o conselho político da entidade, no dia 8 de dezembro. Quase cem (100) prefeitos, entre eles dirigentes estaduais e de microrregionais, participaram da reunião, que teve como destaque a pauta a ser levada aos Poderes Legislativo Federal, Executivo e ao Judiciário.

“Buscamos um planejamento. O que nossa entidade pode fazer em tempos de crise. O ano vai ser terrível. Imagine o final de mandato. Temos de nos fortalecer”, disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Durante apresentação inicial, ele falou sobre as reformas política, previdenciária e fiscal – em discussão no Congresso – que impactam positivamente ou negativamente os governos municipais.

A CNM deve fazer uma pesquisa com os prefeitos para firmar a posição da entidade em relação a temas como o fim da reeleição e a coincidência de mandatos. Sobre a possível reforma previdenciária, Ziulkoski chamou a atenção mais uma vez para a necessidade de o movimento buscar o encontro de contas. “A última negociação de dívidas beneficiou pouquíssimos Municípios. Eu tentei mostrar para a mídia que não eram todos, apesar de muito se falar”, alertou.

A construção da pauta – Para o presiden-

te da Associação de Municípios Pernambucanos (Amupe), José Patriota, esta questão é uma das mais relevantes a serem enfrentadas em 2015. “A gente tem que aprofundar o tema. Se pelo menos conseguíssemos cobrar o que a União deve para recompor os fundos partidários. Hoje é um fato concreto, a maioria dos fundos está quebrada”, destacou.

No entendimento de muitos prefeitos que expuseram opinião no encontro, a reforma fiscal é o grande destaque. Ela envolve itens como tornar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) menos volátil e mais anticíclico; atualizar a lei do Imposto Sobre Serviços (ISS) e regulamentar a Planeta Genérica de Valores para cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU). “Essa última, para que seja automático, sem desgaste para o prefeito e que independa da Câmara de Vereadores”, enfatizou Ziulkoski.

Ainda sobre o FPM, em proveito ao final do ano,

a CNM mostrou que os repasses fecharão o ano em -7,7% do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual (LOA) de 2014. “Estamos fechando com menos 7% do que vocês colocaram no orçamento. Ano que vem, estão colocando 91 bilhões de reais. Será que vai se concretizar com o cenário de crise previsto?”, questionou o presidente da CNM.

Viva o seu Município – Outra deliberação importante foi em relação à campanha Viva o seu Município de 2015. Ziulkoski explicou que este ano as atividades foram um sucesso em 24 Estados e mais de 1,4 mil Municípios. Foi apresentado ao conselho um calendário de ações, com cronograma e atividades recomendadas, com início marcado para fevereiro. Todo o conteúdo foi aprovado por unanimidade pelos participantes.

“Temos de trazer de volta esta campanha. Fazer algo com impacto nacional para tentar nos defender”, afirmou Ziulkoski. Os gestores municipais receberão logo no início do ano um Guia de Mo-



bilização, com ideias para serem efetuadas durante a campanha. “Vamos mobilizar todas as microrregionais”, convocou o presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Menezes. “Fizemos a campanha o ano passado e muita coisa mudou para melhor”, contou o presidente da Associação de Municípios do Espírito Santo (Amunes), Danton Perim.

“Braço” do municipalismo – Para obter mais conquistas em 2015, a Confederação espera formar uma Rede Municipalista. Por isso, Paulo Ziulkoski pediu aos prefeitos que, a partir deste novo ano, indiquem um servidor para ser o “braço” do movimento municipalista. Alguém para acompanhar as ações da CNM no Congresso e alertar o gestor sempre que preciso. “Assim vamos conseguir as votações de que precisamos”.

Foram discutidas também agendas para reuniões de bancadas estaduais com os dirigentes do movimento. “Uma oportunidade para a gente explicar que o que eles, os deputados, estão votando é ruim para nós”, diz o presidente. Ziulkoski também reforçou o convite para a presença constante no Congresso, principalmente na possibilidade de votações de interesse municipalista.

Agência CNM



ÃO INSTITUCIONAL

onamento Municipalista
-Conjuntura Eleitoral

Institucional

Atraso nos repasses federais preocupa gestores em todo o país

Subfinanciamento dos programas da União, acúmulo de competências que não são municipais e imposição de políticas sem a definição da fonte de custeio fazem parte dos motivos que delineiam a atual situação de crise dos Municípios brasileiros. Entretanto, não fosse esse contexto suficientemente preocupante, os gestores também se depararam com outro problema: o atraso no repasse de transferências. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) ao longo de 2014, os atrasos variam entre 10 e 15 dias. Dentre os repasses prejudicados estão: a Lei Kandir, o Fundo de Estímulo às Exportações (FEX), o Salário-Educação e os *royalties* minerais e hídricos de Itaipu.

A situação preocupa gestores de todo o país. Muitos entraram em contato com a CNM para compreender o motivo dos atrasos. A respeito disso, a Confederação vem trabalhando junto aos órgãos competentes do governo para reforçar a importância da liberação dos recursos. Porém, a resposta é que não houve o repasse em razão de “insuficiências de caixa”.

Mais conhecida como a Lei Kandir, a Lei Complementar 87/1996 regulamenta a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Até 2003, a Lei garantiu aos Estados os repasses para compensar as perdas da isenção do tributo. Só que em 2004 a legislação foi alterada e o valor deixou de ser fixado. Segundo pesquisa da CNM junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os Municípios brasileiros deveriam receber neste

ano aproximadamente R\$ 386,8 milhões, quando na verdade o valor do repasse até o momento foi de R\$ 290,1 milhões. Para compensar a diferença, os Entes teriam de receber em dezembro mais de R\$ 64 milhões.

Outro ponto que merece destaque é o Fundo de Estímulo às Exportações (FEX). Auxílio concedido a Estados e Municípios para estimular o setor, costuma ser transferido no último trimestre de cada ano. Acontece que o repasse chega com atraso. A quantia de 2013 foi paga somente neste ano, e os gestores ainda não receberam o montante que seria correspondente a 2014. Sobre a quantia para este ano, o governo não fez nenhum pronunciamento.

Situação parecida acontece com os *royalties* de Itaipu e o repasse do Salário-Educação. Foram registrados atrasos de até 10 dias. Com isso, predomina o clima de incerteza. Os Entes ficam na expectativa quanto ao valor a ser repassado e às datas do crédito. Porém, ao contrário da indisciplina dos repasses, as despesas não dispõem de flexibilização e precisam ser quitadas dentro do prazo de vencimento.

A CNM defende o ajuste urgente no cronograma dos repasses federais para que não haja ainda mais prejuízos para as finanças municipais. Atualmente, os Municípios chegam ao final do ano com uma média de 10 parcelas pagas do total de 12 para as transferências mensais como *royalties* e Salário-Educação, por exemplo. O que faz com que exista uma lacuna no orçamento municipal. Em pouco tempo, essa medida pode ter um efeito devastador e inviabilizar que os compromissos firmados pelos gestores sejam cumpridos.

Finanças

13º dos servidores vai injetar R\$ 15 bi na economia

O 13º salário dos 6,2 milhões de servidores municipais vai adicionar R\$ 15,8 bilhões à economia brasileira, aponta a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Pesquisa da entidade ouviu 75,4% ou 4.220 prefeituras para saber a forma como esse benefício será pago, pois a lei permite a divisão em duas parcelas. A média de remuneração dos servidores em todo o Brasil é de R\$ 2.554.

Este ano, 3.348 Municípios, ou 60% do total, optaram pelo pagamento em parcela única. Em comparação a 2003, primeiro ano da pesquisa, houve um aumento na quantidade de prefeituras que pagarão o benefício de uma só vez. Naquele ano, apenas 2.825, ou 50,8%, fizeram essa opção.

Os Municípios optantes pela parcela única têm até o dia 20 de dezembro para efetuar o pagamento. Entre aqueles que preferem esta opção, 13,8% pagarão antes do dia 20; 80,5% optaram por pagar no dia 20; e 5,7% declararam que terão dificuldades em honrar esse compromisso.

Pagamento parcelado

As prefeituras optantes pelo pagamento em duas parcelas representam 39,9% ou 2.220 ao todo. Nesse caso, a primeira parcela deve ter sido paga até o dia 30 de novembro. Entre os Municípios pesquisados, 2.041, ou 91,9%, cumpriram com este dever. Outros 6,3%, ou 141, declararam que ainda iriam pagar e a minoria, 1,7%, apenas 38 Municípios, afirmaram que estão sem condições de pagar o benefício.

A segunda parcela deve ser depositada até 20 de dezembro. Nestas condições, 2.065, ou 93%, declararam que irão pagar até a data e 1,9% pagou antes dela. Os demais, 5,1% ou 113 deles, disseram que não terão como cumprir o prazo. Esse porcentual é o maior verificado desde a crise econômica de 2008 e 2009.

Detalhes da pesquisa

Os Municípios foram ouvidos pela CNM até a quinta-feira, dia 4 de dezembro. Eles responderam questões como "O 1% de aumento do Fundo de Participação dos Municípios será utilizado para pagamento do 13º salário



Banco de imagens

do funcionalismo municipal?". Do total de pesquisados, 93,5% disseram que sim, utilizarão os recursos provenientes do 1% do FPM.

Outra pergunta foi se os salários do pessoal estão em dia e 95,2% afirmaram que estão. Deste total, 80,5%, ou 1.977, não irão atrasar o pagamento da folha referente a dezembro. Mas 5,7%, ou 140, infelizmente devem registrar atrasos. Em relação ao regime de trabalho dos servidores, a maioria – 79,2% – é estatutária e 16,3%, celetista.

Comparações

Em 2013, somente 7,5% dos Municípios pesquisados haviam pago a parcela única, enquanto nos anos anteriores este porcentual sempre foi muito maior. Em 2012, chegou a 22,5% e, em 2011, a 15,1%, por exemplo.

Neste ano, houve crescimento também no porcentual de Municípios que irão atrasar o pagamento do 13º. O total subiu de 3,5% registrado no ano passado para 5,7% neste ano. No entanto, em 2012, esse número foi ainda maior: 7,7%. De acordo com a CNM, essa situação é próxima da vivida em 2009, no auge da crise econômica mundial e evidencia os atuais problemas financeiros.